

## **AMBIENTE E SOCIEDADE NO DIQUE DO CABRITO (SSA/BA)**

Antonio Gomes de Pinho (Coord.), Rocio Castro, Rosely Sampaio, Thereza Chenot, Elisabete Santos, Railda Karine Oliveira e Railda Andrade (Bolsistas de IC)<sup>1</sup>

Este trabalho trata dos desafios colocados no processo de implementação de projetos de requalificação urbano-ambiental pelo poder público em uma bacia hidrográfica considerada como estratégica para Salvador – a bacia do Camarujipe, particularmente no Dique do Cabrito (uma das nascentes da bacia). A Prefeitura Municipal do Salvador e o Governo do estado da Bahia estão implementando um projeto de intervenção urbanística - com financiamento do BIRD, entre outros organismos - para o Dique do Cabrito, situado em uma das bacias maiores de Salvador (Maragugipe) e transformado em esgoto a céu aberto dos cinco bairros que o circundam. O projeto contempla, canalização para esgotamento sanitário, equipamentos de lazer, limpeza, dragagem e ampliação do espelho d'água do dique assim como a construção de uma pista de tráfego que circunda o dique e liga a área com outras da cidade que implica em remoção de parte dos moradores do entorno do dique e motivou o conflito entre o poder público municipal e parte da comunidade. O presente trabalho objetiva analisar, a partir da observação participante na área durante um ano e entrevistas feitas aos moradores, as respostas e reações da comunidade local frente a forma como o poder público está conduzindo o projeto com o intuito de entender as preocupações ambientais em função de interesses diversos e contrapostos – preservação ambiental versus mercantilização das cidades.

### **1. Introdução**

Nos dias de hoje, a maior parte dos recursos hídricos do planeta está comprometida pela poluição doméstica, industrial e agrícola e por desequilíbrios ambientais resultantes do desmatamento e uso indevido do solo, quadro particularmente grave nas grandes metrópoles. No caso de Salvador, parte considerável dos seus rios transformaram-se, nas últimas décadas, em esgotos a céu aberto. Esta é exatamente a situação de uma das maiores bacias da cidade - a do Camarujipe (particularmente o Alto do Camarujipe) área selecionada para o projeto ora apresentado, onde a degradação ambiental está associada de modo extremamente forte à pobreza urbana e exclusão social. Trata-se de uma área densa, ocupada por uma população situada nas menores faixas de renda e que não dispõe de serviços básicos de saneamento ambiental.

---

<sup>1</sup> Equipe responsável pelo trabalho, financiado pelo CTHidro-MCT, desenvolvido pelo NEPOL-NPGA/Escola de Administração da UFBa.

Apesar de ser objeto de intervenção por parte de vários agentes governamentais que atuam na área citada, a eficácia das políticas implementadas por estes agentes tem sido questionada. O principal problema a ser enfrentado diz respeito à dificuldade dos poderes públicos em garantir a sustentabilidade das intervenções em curso, sendo o tipo de relações estabelecidas entre estado e sociedade civil o elemento decisivo neste processo. Mais especificamente, os poderes públicos na Bahia têm-se pautado pela utilização restrita de procedimentos de participação popular na condução de seus mais diversos projetos sociais.

## **2. Relações Sociedade Civil-Estado**

A partir do processo de redemocratização em meados dos anos 80 o Brasil entrou em um outro período de sua história. Quebraram-se os eixos mais explícitos do Estado Autoritário e a sociedade readquiriu alguns de seus pressupostos de independência e autonomia. A este processo outros elementos de autonomia foram agregados resultado de uma ampla transformação ocorrida não só na sociedade brasileira mas, de uma maneira geral, em grande parte das sociedades ao redor do mundo. No caso do Brasil, que aqui nos interessa, após a Constituição de 1988 a cidadania foi incorporada mais ativamente no nosso dicionário político assim como a participação como canal de acesso e construção democrática. Ainda que isto represente um grande avanço do ponto de vista histórico rompendo com uma tradição conservadora, o otimismo deve ser controlado pois toda uma construção histórica não se rompe de uma hora para outra. O referencial teórico da *path dependency* mostra bem como fica difícil reverter trajetórias historicamente construídas e consolidadas. “Dito de outro modo, em momentos críticos no desenvolvimento de um país (ou outra unidade de análise- cidade, região, estado), estabelecem-se trajetórias amplas que são difíceis de reverter, mas dentro das quais existirão novos pontos de escolha para mudança mais adiante” (Fernandes, 2003,143).

Com isto queremos dizer que, mesmo que a participação tenha sido escolhida, apontada e até louvada como o caminho mais adequado para a construção democrática, há um longo percurso entre o que se deseja e o que se implanta, há uma dificuldade em reverter a trajetória antes prevalecente. Se estas ponderações são válidas para o Brasil como um todo, elas tomam tintas mais fortes no momento em que se considera regiões de menor desenvolvimento econômico e político dentro do país, como é o caso do Nordeste, da Bahia e de Salvador. Se a realidade do Brasil ainda é patrimonialista, ou neopatrimonialista (Pinho, 1998), essa característica estrutural se pronuncia mais ainda no caso da Bahia onde as formas de dominação assumem um caráter extremamente conservador assim como as relações com a sociedade civil. Tratando de América Latina, O’Donnell postula que nas “províncias ou distritos periféricos ao centro nacional (que normalmente são duramente atingidos pela crise econômica, além de já contarem com burocracias mais fracas que as do centro) criam (ou reforçam) sistemas de poder local que tendem a atingir extremos de domínio violento e personalista – patrimonial e até mesmo sultanístico – abertos a toda sorte de práticas violentas e

arbitrárias” (O’Donnell, 1993, 129). Prossegue O’Donnell: “Em muitas democracias emergentes, a efetividade de uma ordem nacional corporificada na lei e na autoridade do estado desaparece tão logo deixamos os centros urbanos nacionais” (idem). Neste cenário fica difícil pensar na introdução da participação como um instrumento de gestão e, mais que isso, de gestão democrática. No entanto, outro elemento vem se somar a este. Como existe praticamente um consenso estabelecido principalmente nos centros do país fica difícil não estar atualizado, ficar de fora dessa onda. Reforça esta posição ainda a praticamente determinação dos organismos financiadores internacionais a favor da consideração da participação popular na implantação das políticas governamentais. Assim, a participação é adotada por esses governos conservadores, seja no discurso ou `a sua moda. Neste último caso, ela assume muito mais a característica de cooptação ou de um jogo de faz de conta onde a participação significa normalmente apenas consentir com o que está decidido previamente pelos técnicos e políticos dominantes. Como complemento, são vedadas quaisquer possibilidades de alteração dessa ordem, fechando-se os sistemas governativos à qualquer tentativa de uma efetiva participação. No caso específico da Bahia (mas não é único), essa política de transfiguração da participação ainda tem um forte aliado representado pelo controle que possui o governo estadual do principal sistema de mídia, a televisiva, podendo formar opinião da grande massa da população. Esta, por sua vez, dentro dos parâmetros da *path dependency* vê-se enredada em toda uma estratégia de cooptação, pressão e todo um esquema clientelista que faz com que a maioria da população, e mesmo dos movimentos sociais, possa virar massa de manobra dos governantes conservadores.

Acreditamos que é neste contexto macro-estrutural que devemos inserir a discussão do projeto ora sob análise de modo a fincar raízes sólidas para sua compreensão e possibilidades.

### **3.Participação e Sustentabilidade Urbano-Ambiental**

O conceito de sustentabilidade foi tomado por empréstimo das ciências biológicas em 1987 e usado no relatório prévio à Conferência do RIO 92 pela Comissão Brundtland com o intuito de estabelecer um rumo diferente no desenvolvimento econômico: usar os recursos naturais sem esgotá-los e sem tornar o meio ambiente inviável para a vida humana. A estratégia seria conjugar crescimento econômico com progresso técnico capaz de poupar recursos materiais.

A Agenda 21, um dos principais documentos produzidos pela RIO 92, aprofunda esta relação entre adaptação tecnológica e crescimento econômico como imprescindível à sustentabilidade e, conseqüentemente, à redução da pobreza. Reconhece que não é sustentável um desenvolvimento que tem sido devastador para com o ser humano e com a natureza e define o conceito de **desenvolvimento sustentável**, como “*um desenvolvimento que satisfaça as necessidades do presente*

*sem minorar a capacidade das futuras gerações de satisfazer suas próprias necessidades”* (apud LEROY et al., 2002, p. 17).

Desde então, a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável vem formando parte do discurso “politicamente correto” entre todos os setores da sociedade, seja mercado, estado, terceiro setor e ideologias políticas, tornando-se suscetíveis às múltiplas interpretações e definições, abundantes na literatura e que não constituem o foco de nossa análise. Partimos da premissa básica de que prevalece a idéia economicista de que o crescimento econômico, medido pelo PIB, reduzirá a pobreza e promoverá a sustentabilidade. Tachamos esta idéia de economicista porque o acesso à tecnologia adequada para poupar recursos materiais está atrelado ao poder aquisitivo, ao poder de compra, ao consumo. Nesse sentido, criticamos a ausência de denúncias referentes aos padrões de consumo, principalmente nos países desenvolvidos, como grandes depredadores do meio ambiente e a falta de políticas públicas com foco na distribuição eqüitativa da riqueza - principal causa da pobreza nos países chamados de subdesenvolvidos.

Por isso, queremos lembrar que no informe que a CEPAL elaborou juntamente com a Divisão de Meio Ambiente e Assentamentos Humanos declara-se que “o fato de que quase a metade da população da América Latina e o Caribe continuam vivendo em estado de extrema pobreza é o maior obstáculo para o desenvolvimento sustentável” (BIRGIN,1992,p.3). Também a teoria da dependência, elaborada pelos próprios pesquisadores da CEPAL, demonstrou que a solução para a pobreza não era a “repartição do bolo” quando este fosse suficiente para todos, já que os países periféricos, ou países subdesenvolvidos, estavam sujeitos a uma economia que dependia do centro, ou seja, dos países desenvolvidos, o que criava diferenças qualitativas entre estruturas subdesenvolvidas e desenvolvidas. A teoria aponta para o erro comum de conceber o atraso e a pobreza como as causas do subdesenvolvimento quando, na realidade, ele é fruto das “limitações impostas ao mundo periférico pela divisão internacional do trabalho que se estabeleceu com a difusão da civilização industrial” (Furtado, 1998, p. 48). Como bem fala Eduardo Galeano (1999), o subdesenvolvimento não é uma etapa do desenvolvimento, mas sua conseqüência.

Então, a pobreza é conseqüência do modelo de desenvolvimento predominante. Este, e não ela como se tende a acreditar, se constitui na ameaça direta à preservação ambiental. A combinação do crescimento econômico com adequada tecnologia ao serviço da preservação ambiental não vão, necessariamente, preservar o ambiente nem reduzir a pobreza. Urge criar um novo modelo de desenvolvimento que implica repensar as relações Centro-Periferia, Norte-Sul, mercado-estado-sociedade, ser humano-natureza e inclusive a relação homens-mulheres. Para isso é necessário, em primeiro lugar, conhecer a história dessas relações, ser consciente de que estão impregnadas de valores construídos historicamente e geram conflitos de interesses pela apropriação dos recursos naturais – veja-se a polêmica em torno ao tratado de Kioto e a guerra do Iraque.

Num segundo momento, esses valores dominantes, eminentemente economicistas, precisam ser desconstruídos e reconstruídos:

“substituir o ter pelo ser, a arrogância pela humildade, a competição pela solidariedade [... nesse sentido,] o debate sobre sustentabilidade compreende uma gestão política dos conflitos da acumulação frente à escassez, frente aos recursos finitos e à necessidade de distribuição de renda” (LEROY et al. 2002, p.17).

A reconstrução dos valores éticos permitirá a transformação dos setores populares em sujeitos políticos de seu ambiente material, econômico e cultural, ou seja, cidadãos protagonistas de seu próprio desenvolvimento. O desenvolvimento sustentável precisa de protagonistas cidadãos que possam efetivar a passagem de uma democracia representativa para uma participativa.

Junto com sustentabilidade, participação também é a palavra “mágica” sem a qual não pode ser feito o discurso ou o programa politicamente correto. Acontece que a maioria dos programas de desenvolvimento sustentável na América Latina – freqüentemente financiados por organismos multilaterais, são implementados sem a revisão e reconstrução dos valores éticos e culturais, por se tratar de um processo demorado e que requer tempo. Assim, “improvisam” e/ou provocam a participação ao serviço da sustentabilidade em culturas que não tem tradição participativa, em “Estados sem cidadãos”, como denomina Fleury (\*\*\*\*) os países latino-americanos. Fato que termina produzindo um simulacro teatral de desenvolvimento a curto prazo e uma esquizofrenia destrutiva a longo prazo. Nada mais longe da ansiada sustentabilidade, cronicamente insustentável.

#### **4. Contextualização sócio-histórica da área em estudo**

Salvador (Bahia), fundada para fins militares e administrativos em 1549, adquiriu, já no século XVI, uma função de cidade portuária e comercial por onde passavam produtos de exportação do Recôncavo e da região — açúcar, fumo, madeira —, assim como produtos de importação de Portugal e escravos africanos para as plantações do interior. Somente a partir dos anos 50, com a descoberta do petróleo e a implantação do Pólo Petroquímico, a Bahia sofreu um intenso e acelerado processo de industrialização que fomentou a imigração do campo para a cidade que hoje abriga 2 milhões e 800 mil habitantes, sendo 80% afro-descendentes. As classes abastadas, na sua maioria branca, se instalaram nos novos bairros da orla marítima e as camadas mais humildes, majoritariamente negra, expandiram-se no chamado miolo da cidade. (SIRCHAL, 2000). Desde 1990, a cidade têm sido alvo de projetos de revitalização e reforma com o intuito de fazer da cidade um bem simbólico de alto valor mercadológico para a especulação imobiliária, a economia do turismo e o marketing político (ALBERGARIA, 2001).

A segregação espacial da população nos remete a herança cultural do sistema colonial-escravocrata. A cor e as relações étnicas que se derivam desta realidade são fatores determinantes no seu tecido social, mesmo que se queira encobrir com uma democracia racial sustentada por uma aparente cordialidade entre negros e brancos. (CASTRO, 1999) A realidade é que a sociedade baiana ainda se defronta em duas trincheiras que não se reconhecem - o “povão” e a elite - tratando sempre de evitar o conflito.

Por isso Salvador (não só isso, mas também outros fatores políticos), antes cidade-porto, agora cidade-balneário e carnavalesca, não consegue ser vista como espaço de construção da cidadania, onde a cidade se faz em função das necessidades de seus moradores, onde a cidade é para os cidadãos. Parece continuar a tendência de elaborar planos à revelia da população no isolamento de gabinete de tecnocratas, mesmo existindo a Lei Orgânica do Município de Salvador que, no seu artigo 71, estimula e garante a participação da comunidade em todas as fases do planejamento, assumindo o poder público o compromisso de incentivar a participação popular (NOGUEIRA *et al.*, 1999).

É neste cenário que se insere o Dique do Cabrito, manancial de água com aproximadamente 74.000 m<sup>2</sup>, pertencente a uma das maiores bacias hidrográficas da capital – Bacia do Camarajipe. O Dique situa-se numa área periférica de Salvador e está circundado diretamente por cinco bairros: Marechal Rondon, Boa Vista do Lobato, Bela Vista do Lobato, Alto do Cabrito e Campinas de Pirajá. Localiza-se numa região geográfica privilegiada - pouco distante do centro e do litoral costeiro - e de riqueza ecológica e beleza natural - rodeado de abundante vegetação.

No entanto, o Dique encontra-se com um alto índice de degradação ambiental por ter se tornado o principal local de destinação de resíduos tanto domiciliares quanto das indústrias localizadas na região. Este fato associa riscos ambientais e sociais derivados da precariedade da oferta de saneamento básico, bem como dos perigos decorrentes de alagamentos, epidemias e as implicações advindas do comprometimento dos recursos hídricos.

Reside no local uma população de aproximadamente 50 mil habitantes. Os dados obtidos através do levantamento de fontes secundárias e da observação direta (conversas informais e visitas *in loco*) revelam que existem grupos de famílias que ali habitam há mais de duas décadas. O padrão habitacional existente é semelhante às demais áreas densamente ocupadas da cidade, com moradias de autoconstrução consolidadas, porém com uma precária infra-estrutura urbana.

## **5. Projeto de Revitalização do Dique do Cabrito e seu impacto na Comunidade**

A Prefeitura Municipal do Salvador e o Governo do estado da Bahia elaboraram um projeto de intervenção urbanística - com financiamento do BIRD, entre outros organismos- para o Dique do Cabrito. O projeto contempla a construção de uma

pista de tráfego que liga a área com outras da cidade, canalização para esgotamento sanitário, equipamentos de lazer, limpeza, dragagem e ampliação do espelho d'água. A construção da pista implica em remoção de parte dos moradores do entorno do dique, o que motivou o conflito entre o poder público municipal e parte da comunidade.

É necessário observar que a comunidade encontra-se dividida entre aqueles que serão afetados diretamente pelo Projeto (pela remoção) e os que não o serão pois não se encontram na área de remoção de domicílios. Estes últimos apenas terão benefícios sem custos com o Projeto. As famílias a serem removidas terão custos de diversas ordens podendo se beneficiar do Projeto caso fiquem na área. O Governo do Estado está construindo um conjunto habitacional para abrigar as famílias removidas (assim como também oferecendo indenizações para deixarem a área para os que assim desejarem) . Vale dizer que a comunidade apresenta também clivagens de ordem política partidária havendo grupos que apóiam o governo municipal e grupos contrários a este. Mas o eixo da questão dos que são diretamente afetados pelo Projeto é, como veremos abaixo, a forma como a prefeitura e o governo do Estado conduzem o processo de intervenção urbana.

Muitos moradores, declarando estar de acordo com a revitalização do Dique e a implantação da rede de saneamento básico, manifestaram sua oposição à pista de anel rodoviário que obrigará muita gente a deixar suas casas, seu bairro e seus vínculos sociais e acusaram a prefeitura pela forma autoritária como conduz o processo de negociação com a comunidade. Depoimentos recolhidos em reuniões com alguns moradores revelam que eles se definem enquanto sujeitos do lugar que residem e que a moradia é a memória viva de sonhos, lutas e marca de um história:

“Depois de 25 ou 30 anos você não mexe com a casa, mas com a história da pessoa” (liderança local, 11/03/2003) .

“Nós não estamos falando de casa, mas de sentimento” (moradora, 11/03/2003)

“Aqui não é história comprada, é história vivenciada” (morador, 11/03/2003).

O setor da comunidade descontente com a forma de aproximação da prefeitura questionou sua metodologia de *gestão participativa* demandando uma cópia do projeto na íntegra para poder ser avaliado também pela comunidade de modo que esta possa apresentar alternativas, em uma dialética de negociação que propicie a falada participação. Se o projeto é participativo, porque não poder ser elaborado junto com a comunidade? .

Este fato fez que o grupo da comunidade que questiona o projeto fosse barrado na porta da prefeitura, quando esta convocou uma reunião convidando os líderes das comunidades do Dique mas apenas dos bairros que não estão em desacordo com o projeto - onde se definiu o projeto final do Dique do Cabrito. Para o setor excluído desta reunião, a participação não existe. Tem sido, isto sim, imposição e

não participação. Esta postura do governo municipal expressa bem a forma do grupo dirigente local de fazer política, abarca apenas os grupos que concordam com suas posições.

A negação ao direito de participar das definições do projeto urbanístico tem se manifestado através das dificuldades de acesso às reuniões convocadas pelo governo municipal e aos planos do projeto que apresenta como "participativo". Quando, uma vez mais, a prefeitura fez a apresentação do projeto à comunidade, o setor em desacordo, "guardando luto" pelo dique, recebeu os dirigentes vestidos de preto e organizando "panelaços". Contudo, a reunião transcorria normalmente, muito bem coordenada pela prefeitura, que deu espaço para as intervenções de ambos grupos. Até que os coordenadores cederam a palavra, para fechar o encontro, a dois vereadores do partido do prefeito. Enquanto um deles em tom conciliador se dispunha a negociar uma audiência do grupo de oposição com o prefeito, o outro exaltadamente acusava os vestidos de preto de querer "o mal", atitude que fez aflorar os sentimentos de inimizades entre as comunidades opostas fomentando o confronto.

O conflito acirrou-se gerando uma radicalização de ambos os lados: a prefeitura defendendo-se com contra ataque, chegou a dizer que só entregava o projeto sob mandato judicial, mas também abriu uma negociação: aceitaria mostrar o projeto aos moradores se estes fossem acompanhados de técnicos especialistas escolhidos por eles. Os moradores, reivindicando o exercício de cidadania, continuaram sua postura de obstinadamente desqualificar a prefeitura. O diálogo terminou em brigas de conotação político-partidária. Muitas vezes os ânimos foram contidos pela força, o que revelou a dificuldade do poder público municipal em lidar processos participativos.

A comunidade teve a oportunidade também de se manifestar no ambiente acadêmico do IX Colóquio sobre Poder Local, realizado em junho de 2003 em um hotel em Salvador, onde se mostrou claramente dividida e em divisões consolidadas. A universidade explicitou a sua missão e papel, muito diferente da prefeitura: proporcionar ferramentas adequadas para a elaboração de políticas públicas que atendam às necessidades da população local além de buscar dentro da comunidade formas de conciliação de interesses.

Estes eventos possibilitaram conhecer a realidade local e ampliar a interação com os atores sociais envolvidos por parte do grupo da Universidade que realiza esta pesquisa. Inicialmente, a receptividade de um setor da comunidade foi marcada por um clima de receio e desconfiança como decorrência do conflito já mencionado, muito provavelmente devido a todo um histórico de presença autoritária de autoridades na área. Sobretudo também porque a postura do governo municipal nestes encontros tem sido autoritária, enquanto no seu discurso alardeia a gestão participativa, contradição muito criticada por algumas organizações comunitárias.

É importante ressaltar que os momentos relatados foram marcados por divergências, contradições, riquezas e troca de conhecimento. É neste sentido que afirmamos que a adoção de metodologias participativas de pesquisa possibilita o diálogo de saberes através da administração do conflito e a reflexão conjunta de questões tão relevantes para a sociedade, como é a sustentabilidade urbano-ambiental.

Desde o primeiro contato com a comunidade - para conhecer sua realidade segundo mostrada por ela e assim poder estabelecer um diálogo de igual a igual que permita a prática do que Habermas chama de “razão comunicativa” - experimentamos que só quando nós, “os técnicos”, abrimos nossos ouvidos para a “população” se possibilita o processo de comunicação. Por isso, nossa primeira atitude tem sido sempre a de escutar um setor e outro, uma opinião e sua oposta, uma ideologia contrária à outra, sempre sem tomar partido, com o único interesse do entendimento e a procura de negociação através do exercício da cidadania que demanda a prática democrática. Entendemos que o saber tecnocrático (ou técnico, acadêmico, intelectual) não deve prescindir do saber popular, partindo do princípio que é a comunidade que melhor pode expressar suas necessidades e interesses do que um saber tecnocrático muito vezes genérico e aplicado a qualquer situação não levando em conta as especificidades locais. Por outro lado, não estamos com isso negando o saber acadêmico (seria um contra senso) mas ressaltando que os dois devem caminhar em um processo de contínuo diálogo dialético.

## **7. Algumas Conclusões**

A experiência apresentada explicita alguns dos desafios que estão postos no processo de participação da sociedade civil na implementação de políticas públicas, particularmente nas políticas de cunho urbano-ambiental. Não resta dúvida que muito se tem avançado no país no que diz respeito a democratização da gestão pública, entretanto, diferenças locais e de cunho regional demonstram que o estado ainda encontra-se impermeável a participação, a descentralização do poder o que nos remete a praticas políticas qualificadas como pouco democráticas. Neste sentido, poderíamos afirmar que a participação da sociedade na gestão pública (assimilada inclusive no contexto da proposta de reforma do estado em curso nos últimos dez anos no país) ainda é algo a ser construído.

## **Bibliografia**

ACSELRAD, Henri, LEROY, Jean Pierre. **Novas Premissas de sustentabilidade Democrática**. Rio de Janeiro: Projeto Brasil sustentável e democrático: FASE, 1999.

ALBERGARIA, Roberto. A Bahia é uma fábula. Entrevista concedida a Cleidiana Ramos. Salvador: **Jornal A Tarde**, 10 de junho, 2001

CASTRO, Rocio, MELO, Vanessa, A Cultura Tecendo as Redes Sociais para o Desenvolvimento Local: o Caso do Fórum para a Revitalização do Centro de Salvador-Bahia. In: **I ALAS (Congresso da Associação latino-americana de Sociologia)**. Guatemala, 2001.

CASTRO, Rocío. Gênero e Participação Cidadã para o Desenvolvimento Local: os Conselhos Municipais de Salvador-Bahia. Salvador: **Organizações e Sociedade**, v.6, n.16 set./dez., 1999.

FURTADO, Celso. **O Capitalismo Global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GALEANO, Eduardo. **Patatas Arriba (La escuela del mundo al revés)**. México: Siglo XXI, 1999.

LEROY, Jean-Pierre et al. 2002. **Tudo ao mesmo tempo agora**. Petrópolis: Vozes, 2003.

NOGUEIRA, A. et al. Plano Diretor como Instrumento de Direito à Cidade. In: **XXIII Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Administração**. Foz de Iguaçu, 1999.

ROJAS, Eduardo. **Recuperação Integrada de Áreas Centrais de Cidades: Concertação de Atores Públicos e Privados**. In: SIRCHAL, Salvador, 29 de maio a 02 de junho, 2000.